



## A Santa Sé

---

**DISCURSO DO SANTO PADRE JOÃO PAULO II  
AO EMBAIXADOR DAS FILIPINAS  
JUNTO À SANTA SÉ POR OCASIÃO DA  
APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Sexta-feira, 8 de Fevereiro de 2002

*Senhor Embaixador*

É-me grato dar-lhe as boas-vindas ao Vaticano no dia de hoje e aceitar as Cartas Credenciais mediante as quais Vossa Excelência é nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República das Filipinas junto da Santa Sé. Há cinquenta anos que o seu País e a Santa Sé mantêm relações diplomáticas, e estou persuadido de que Vossa Excelência trabalhará para aumentar e fortalecer os estreitos laços de amizade e de cooperação já existentes entre nós. Estou-lhe profundamente grato pelas saudações que me transmitiu da parte de Sua Excelência a Senhora Presidente Glória Macapagal-Arroyo, assim como do governo e do povo das Filipinas. Peço que tenha a amabilidade de lhes retribuir com a certeza da minha estima e boa vontade, além das minhas orações pela harmonia e o desenvolvimento permanentes da sua Nação.

Nas palavras com que Vossa Excelência quis realçar as esperanças e os esforços do povo filipino em benefício da causa da paz, tanto a nível nacional como no mundo inteiro, há um eco da aspiração universal à generosidade, justiça e solidariedade nos relacionamentos humanos, que foram cruelmente abalados pelos acontecimentos dos últimos meses. Como crentes que somos, sabemos que a paz não é meramente o resultado dos projectos e dos esforços humanos, mas constitui uma dádiva de Deus para o mundo que Ele mesmo criou. É a plenitude das suas bênçãos derramadas sobre o homem, a única criatura que Deus quis por si mesma (cf. *Gaudium et spes*, 24). O recente encontro de oração pela paz, realizado em Assis, que reuniu representantes das Igrejas cristãs e das Comunidades eclesiais, assim como dos seguidores de muitas das principais religiões do mundo inteiro, demonstrou que pessoas de tradições religiosas e culturais muito diferentes entre si estão convencidas, de modo determinado, de que a violência

em todas as suas formas é totalmente incompatível com o sentimento religioso autêntico e, na realidade, com a dignidade humana. Os líderes das nações têm o dever de encontrar formas práticas e técnicas para traduzir em leis, instituições e acções o anseio do coração humano pela tranquilidade da ordem, representada pela paz verdadeira.

Senhor Embaixador, o seu próprio País também foi atingido pelos recentes acontecimentos. Não se vê no horizonte uma solução negociada para resolver as antigas dificuldades e, entretanto, o conflito está a aumentar. Permita-me repetir aqui o que desejei propor no Dia Mundial da Paz do corrente ano. As colunas da paz na sua terra, assim como noutras partes do mundo, são a *justiça* e o *perdão*: a justiça que garante o pleno respeito dos direitos e das responsabilidades, e a distribuição equitativa dos benefícios e dos fardos; e o perdão que purifica e volta a edificar os relacionamentos humanos interrompidos, a partir dos seus fundamentos (cf. *Mensagem*, n. 3). Sem dúvida, não podemos pensar que a justiça e o perdão serão instaurados como resultado da violência e do conflito; elas são virtudes morais que exigem a nossa responsabilidade tanto pessoal como colectiva, de escolher aquilo que orienta para o bem comum e evita tudo o que nega ou deforma a verdade acerca do nosso ser.

Todos os homens e mulheres comedidos reconhecem o bem comum como a finalidade do bom governo. Contudo, trata-se de um bem *humano*, que visa o bem-estar integral das pessoas em toda a complexidade da sua vida pessoal e interpessoal. Seria um grande erro limitar as políticas públicas à busca do progresso económico que, não raro, se mede em termos de aumento do consumismo, como se somente isto pudesse satisfazer as aspirações dos indivíduos. Como escrevi na minha Carta Encíclica *Centesimus annus*: "Não é mal desejar uma vida melhor, mas é errado o estilo de vida que se presume ser melhor, quando ela é orientada ao "ter" e não ao "ser", e deseja ter mais não para ser mais, mas para consumir a existência no prazer, visto como fim em si próprio" (n. 36). O progresso autêntico não pode deixar de ter na justa consideração as necessidades e tradições culturais e espirituais das pessoas em geral. Neste sentido, as políticas e os programas florescem ou caducam, conforme *favorecem ou não favorecem o desenvolvimento humano integral*. Desta forma, a crescente globalização da economia, com o seu nivelamento das diferenças culturais, não é necessariamente e em todos os casos uma solução para as necessidades concretas. Com efeito, ela pode agravar os desequilíbrios já evidentes nos relacionamentos entre aqueles que beneficiam da crescente capacidade que o mundo tem de produzir riquezas, e aqueles que são abandonados à margem do progresso. O grandioso desafio moral que se apresenta tanto às nações individualmente como à comunidade internacional consiste em combinar o *progresso* com a *solidariedade* - uma verdadeira divisão dos benefícios - em ordem a superar quer o subdesenvolvimento desumanizador, quer o "superdesenvolvimento", que considera as pessoas como meras unidades económicas no contexto de um sistema consumista (cf. *Ecclesia in Asia*, 32). Por conseguinte, o progresso nunca é uma questão puramente técnica ou económica; de maneira fundamental, ele é *uma problemática humana e moral*. Além disso, exige um acentuado sentido de compromisso moral por parte das pessoas que servem o bem comum.

Hoje em dia, pergunta-se com frequência se a cultura predominante pode inserir a vida económica e política num contexto autenticamente moral, visando garantir o serviço do bem comum. É exactamente neste aspecto que existe a necessidade de uma cooperação fecunda entre as autoridades públicas e a Igreja. No campo que lhes é próprio, cada uma serve o desenvolvimento integral dos membros da sociedade. Senhor Embaixador, no seu País existe uma antiga tradição de ajuda e de cooperação recíprocas entre a Igreja e a sociedade civil. Não têm faltado momentos de dificuldade que, em geral, são rápida e correctamente resolvidos. Em muitas ocasiões, desejei encorajar os Bispos das Filipinas nos esforços que fazem para educar e formar os leigos no ensinamento religioso e social que há-de de torná-los capazes de transformar e construir a sociedade em que vivem, recorrendo à justiça e à solidariedade. Os desafios que se apresentam à sua Nação são enormes e exigem o melhor compromisso por parte de todos os seus cidadãos, inclusivamente a contribuição especial dos seus jovens. Fundamentando-se nas melhores tradições filipinas da vida familiar e da ajuda e serviço mútuos, e eliminando os excessos dos privilégios e dos interesses partidários, a Nação pode esperar por um futuro deveras promissor.

No momento em que entra na comunidade dos diplomatas acreditados junto da Santa Sé, o Senhor Embaixador dá-se conta de que se trata de um âmbito diferente dos contextos em que, geralmente, os representantes diplomáticos se reúnem. Aqui, Vossa Excelência terá a possibilidade de reflectir pessoalmente sobre as questões mais profundas que dizem respeito ao progresso da humanidade. Aqui, poderá contribuir para um debate permanente sobre as verdades subjacentes aos acontecimentos e às correntes da nossa história humana. Enquanto formulo votos pelo bom êxito da sua missão, invoco as Bênçãos de Deus Todo-Poderoso sobre Vossa Excelência, a sua família e o amado povo filipino.